

# SUMÁRIO

<b>1 OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A MODELAGEM DO NOVO SISTEMA LEGISLATIVO .....</b>	<b>37</b>
1.1 Regime jurídico e características dos contratos administrativos.....	42
1.2 O contrato verbal, o regime de suprimento de fundos e a despesa de pequeno vulto	47
1.2.1 A utilização do regime de suprimento de fundos e as regras relativas ao fracionamento de despesas .....	52
1.3 A convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada de termo equivalente.....	55
1.3.1 Efeitos da recusa injustificada .....	61
1.4 Da lavratura dos contratos .....	62
1.5 Das cláusulas necessárias em todo contrato administrativo .....	64
1.5.1 Cláusulas regulamentares e cláusulas financeiras: uma essencial distinção	66
1.5.2 O registro de pessoa física ou jurídica no Cadin impede a contratação e a manutenção de contratos.....	96
1.5.2.1 O que é o Cadin? .....	96
1.5.2.2 Efeitos da consulta ao Cadin - Lei nº 10.522/2002 .....	96
1.5.2.3 Da alteração promovida pela Lei 14.973/2024 .....	97
1.5.2.4 Consulta ao Cadin realizada por agentes públicos e pessoas físicas .....	98
1.5.2.5 A consulta ao Cadin pode ser dispensada? .....	99
1.5.2.6 Inscrição no Cadin de devedores inscritos na dívida ativa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - celebração de convênio.....	99
1.5.3. Ações de igualdade - mulheres vítimas de violência e integrantes de grupos vulneráveis .....	107
1.6 Do foro competente.....	119
1.7 Da verificação de pendências ou período de cura .....	121
1.8 O adimplemento da obrigação contratual.....	121
1.9 Da cessão de direitos patrimoniais .....	124
1.10 Da publicidade na nova lei de licitações e contratos administrativos .....	126
Anexo ao capítulo 1 .....	131
<b>2 DAS GARANTIAS.....</b>	<b>137</b>
2.1 Tipos e modalidades.....	138
2.2 Da garantia de execução do contrato .....	139
2.3 Da modalidade caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.....	140
2.4 Da modalidade seguro-garantia.....	142

2.4.1	Cobertura Adicional para Ações Trabalhistas e Previdenciárias .....	149
2.4.1.1	O Parecer nº 00036/2024/DECOR/CGU/AGU e o risco de dano à Administração decorrente da rejeição de seguro-garantia com cobertura adicional .....	152
2.4.1.2	A questão da suspensão da execução: o “limbo” das garantias e o impacto da Lei nº 15.040/2024 .....	156
2.4.2	O seguro-garantia com cláusula de retomada ou performance bond .....	156
2.4.3	Garantia de qualidade das obras públicas: nova disciplina .....	159
2.5	Da modalidade fiança bancária ou carta fiança .....	160
2.6	Da modalidade título de capitalização .....	163
2.6.1	A matemática do resgate, como compreender? .....	170
2.7	Extinção da garantia .....	170
2.8	Pontos de alerta para fiscais e gestores .....	172
2.9	Como executar a garantia (modalidade seguro-garantia) .....	177
2.9.1	Modelo de cláusula de garantia de execução contendo a modalidade título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023) .....	180
2.10.	O impacto da lei Nº 15.040/2024 nos contratos administrativos .....	183
2.10.1.	O que vem por aí? .....	186
	Anexo ao capítulo 2 .....	186
<b>3</b>	<b>DA ALOCAÇÃO DE RISCOS</b> .....	191
3.1	Conceito de risco .....	191
3.2	O processo de gestão de riscos .....	192
3.3	Análise de riscos no metaprocessos de contratação .....	194
3.4	Qual seria o instrumento materializador do gerenciamento de riscos? .....	197
3.5	Prática – análise de um risco .....	199
3.6.	Inovação na gestão de riscos: a inteligência artificial como dever de eficiência .....	203
3.6.1.	Prática 4.0: Criando um Agente de Risco com IA .....	204
3.6.2.	Limites e Responsabilidade: A IA não assina o contrato .....	206
3.7	Da alocação dos riscos .....	207
3.7.1	Conhecendo a expressão “alocar riscos” .....	207
3.8	Consequências de elaboração equivocada da matriz de risco .....	211
3.9	“Prática 4.0”: construindo a matriz de alocação com IA .....	213
3.10.	Modelo de Cláusula Contratual .....	215
	Anexo ao capítulo 3 .....	216
<b>4</b>	<b>DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO</b> .....	219
4.1	Mesmas prerrogativas, novos tempos! .....	219
4.2	Princípios e consequências .....	222
	Anexo ao capítulo 4 .....	224
<b>5</b>	<b>DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS</b> .....	229
5.1	Contratos com duração de até cinco anos .....	232
5.1.1	Como interpretar a questão da contagem do prazo para extinção sem ônus? .....	234
5.1.2.	A Contagem do Prazo de Vigência: Clareza durante a elaboração da cláusula contratual (Assinatura e Eficácia) .....	238
5.1.3	A Matemática dos Prazos: Contagem Data a Data (Art. 183) .....	239
5.1.3.1	A Exceção do Calendário: O “Dia Inexistente” .....	240

5.1.3.2	A regra da “prorrogação para o primeiro dia útil seguinte” .....	241
5.2	Prorrogações sucessivas e prazo decenal para contratos de serviços e fornecimentos contínuos .....	242
5.3	Contratos celebrados com duração de até dez anos .....	243
5.4	Contratos celebrados com duração indeterminada .....	244
5.4.1.	O “Novo” Mercado de Energia e a Relativização do Monopólio .....	245
5.5	Contratos celebrados com duração de até 35 anos .....	246
5.6	Prorrogação automática para os contratos por escopo .....	247
5.6.1	Como interpretar a autorização contida no §5º do artigo 115.....	252
5.7	Contratos firmados sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado .....	253
5.8	Contrato de operação continuada de sistemas estruturantes .....	254
5.9	Como está a sua preparação para o acompanhamento desses contratos?.....	255
5.10	Modelo de Cláusula Contratual .....	256
	Anexo ao capítulo 5 .....	257
<b>6</b>	<b>DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS</b> .....	<b>265</b>
6.1	O dever de fiel cumprimento das cláusulas contratuais.....	265
6.2	Atividades relacionadas ao acompanhamento da execução dos contratos .....	266
6.3	O impacto da governança das contratações no acompanhamento dos contratos ...	275
6.4	Relevantes questionamentos .....	277
6.4.1	Quem pode ser fiscal de contratos? .....	277
6.4.2	Quais são os requisitos necessários à designação? .....	279
6.4.3	É possível recusar a designação?.....	280
6.4.3.1	O princípio da segregação de funções como impedimento ..	280
6.4.4	Quem é o terceiro e o que ele faz?.....	281
6.4.5	Quem é o preposto e quando ele deve ser indicado? .....	282
6.4.6	É possível criar gratificação para fiscais e gestores de contratos? .....	283
6.5	Aviso público de obra paralisada.....	288
6.6	A interessante questão da suspensão da execução do contrato: cuidados, consequências e procedimentos .....	290
6.7.	A revolução do Fiscal 4.0: de mero conferente a engenheiro de prompts.....	297
6.7.1.	O caderno de <i>prompts</i> essenciais: o kit de sobrevivência do fiscal.....	298
6.7.2.	A necessária curadoria humana .....	300
	Anexo ao capítulo 6 .....	301
<b>7</b>	<b>DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS</b> .....	<b>307</b>
7.1	Das alterações unilaterais.....	308
7.2	Das alterações por acordo entre as partes ou consensuais .....	311
7.3	Ausência de limites para as alterações consensuais .....	313
7.3.1	A leitura inovadora do TCE-MG e os novos contornos do interesse público .....	314
7.3.1.2.	O que a Lei 14.133/2021 já dizia (e muitos ainda fingiam não ouvir) .....	315
7.3.1.3.	A Tese do TCE-MG: Os Três Pilares da Alteração Consensual Extrapauta.....	315
7.3.1.4.	Checklist do Aditivo (consensual) que Ultrapasse os Limites do art. 125 da Lei nº 14.133/2021 .....	317
7.4	Alteração qualitativa consensual e excepcional – breve análise da, ainda em vigor, decisão do tribunal de contas da união-TCU N° 215/1999 .....	319
7.5	Importante alteração da orientação normativa nº 50 da AGU.....	322

7.6	Exemplos para melhor aplicação dos entendimentos do tcu e da orientação normativa nº 50 da AGU .....	329
7.6.1	Como obter o valor inicial atualizado do contrato? .....	329
7.6.2	Como gerenciar as alterações contratuais considerando-se isoladamente o conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões? .....	329
7.6.3	Como aplicar o limite legal permitido para alterações em contrato derivado de licitação com critério de julgamento de menor preço por item e adjudicação por item? .....	330
7.6.4	Ainda considerando o exemplo acima, seria possível uma supressão total (consensual) do item 5 e utilização do valor suprimido para acrescer nos dois outros itens? .....	330
7.6.5	Como tratar o limite das alterações em contrato derivado de licitação com critério de julgamento de menor preço global e adjudicação global? .....	331
7.6.6	Estudo de caso 1 .....	332
7.6.7	Estudo de caso 2 .....	335
7.7	Atualizações contratuais para obras e serviços de engenharia.....	338
7.8	Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos (reajuste, revisão e repactuação) ...	340
7.8.1	Do reajustamento dos preços.....	342
7.8.2	Da não fixação pela Lei nº 14.133/2021 da anualidade do reajuste em sentido estrito para os contratos serviços não continuados e de fornecimento.....	347
7.8.3	A atual crise do café: quando as condições de mercado, efetivamente, ditam as regras .....	358
7.8.4	Forma de concessão do reajuste em sentido estrito .....	360
7.8.5	Da revisão dos contratos.....	361
7.8.6	Da repactuação dos preços .....	364
7.8.6.1	Passos essenciais para instruir um pedido de repactuação .....	367
7.9	Preclusão do direito à revisão contratual e ao reajuste em sentido estrito .....	368
7.9.1	Preclusão, dever de alerta ao contratado e boa-fé.....	370
7.10	Da antecipação dos efeitos da alteração contratual .....	372
7.11.	O fiscal 4.0 e a engenharia das alterações contratuais: limites, consenso e a lindb..	374
7.11.1.	O Rigor Matemático nas Alterações Unilaterais .....	374
7.11.2.	A Quebra de Paradigmas nas Alterações Consensuais.....	375
7.11.3.	O Restabelecimento de Item Suprimido.....	376
Anexo	ao capítulo 7.....	377
<b>8</b>	<b>DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS .....</b>	<b>383</b>
8.1	Sistemática da lei Nº 14.133/2021 .....	385
8.2	Extinção por parte do contratado .....	387
8.3	Modalidades de extinção da relação contratual.....	388
8.4.	A extinção consensual como estratégia de continuidade: o dever de gerenciamento de riscos na prática.....	390
8.4.1.	O Entendimento Doutrinário e a Trava Legal .....	391
8.4.2.	A Estratégia de Governança: O Acordo de Extinção Consensual .....	391
8.4.3.	O Precedente do TCU: Validação da Tese .....	391
8.5.	A extinção por fraude trabalhista (novas regras do decreto 12.174/2024).....	392
8.5.1.	A Lógica da Extinção: Por que não repactuar?.....	393
8.6.	O fiscal 4.0 e a blindagem do processo de extinção com IA.....	394
Anexo	ao capítulo 8.....	396
<b>9</b>	<b>DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO .....</b>	<b>401</b>
9.1	Formas de recebimento do objeto.....	402

9.1.1. O recebimento 4.0: evidências digitais e rastreabilidade .....	403
9.2 Simples entrega e recebimento provisório .....	403
9.3 A quem compete receber provisória e definitivamente o objeto do contrato? .....	405
9.4 Prorrogação dos prazos e responsabilidades .....	406
9.5 Dispensa do recebimento provisório.....	407
9.6. A verificação do fgts digital como condicionante do recebimento .....	408
9.7. Considerações finais: a segregação de funções como pilar de segurança .....	413
Anexo ao capítulo 9 (recebimento do objeto) .....	414
<b>10 DOS PAGAMENTOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES.....</b>	<b>417</b>
10.1 A nova lei e a ordem cronológica dos pagamentos.....	417
10.2 Da alteração ou quebra da ordem cronológica dos pagamentos .....	418
10.3 Da regulamentação no âmbito federal – instrução normativa seges/ME Nº 77/2022.....	420
10.4. A quebra de paradigma: o pagamento antecipado (art. 145) .....	425
10.4.1. O Caso Clássico: Assinaturas, Cursos e Seguros .....	425
10.4.2. As Cautelas do Gestor (Blindagem Jurídica).....	426
10.5. A liquidação da despesa e a vinculação ao resultado (IMR).....	426
10.5.1. O Pagamento Variável: A Lógica do IMR.....	427
10.5.2. Distinção Vital: Glosa x Multa.....	428
10.5.3. A virada de chave: o IMR como fator de bônus (remuneração variável)....	428
10.5.4 Exemplos Práticos de metas de sustentabilidade para bonificação na forma do art. 144.....	430
<b>11 DA NULIDADE DOS CONTRATOS.....</b>	<b>435</b>
11.1 Superando a concepção de que a nulidade seria a regra .....	436
11.2 O consequentialismo na LINDB .....	437
11.3 Da nulidade na lei Nº 14.133/2021 .....	438
11.4. A instrumentalização da decisão: o dever de calcular .....	441
11.5. A nulidade não apaga o que foi feito (vedação ao enriquecimento sem causa) .....	441
11.6 Checklist: devo anular o contrato? .....	442
Anexo ao capítulo 11 (da nulidade) .....	443
<b>12 DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS .....</b>	<b>445</b>
12.1 Utilização dos métodos de resolução de controvérsias .....	447
12.1.1 A Virada de Chave: Do “Poder de Império” ao “Dever de Dialogar” .....	449
12.1.2. Derrubando o Mito: “Posso negociar o Interesse Público?” .....	450
12.1.3. O “Sistema Multiportas”: Escolhendo a Ferramenta Certa .....	450
12.1.4. O Futuro: ODR (Online Dispute Resolution).....	452
12.1.5 A diferença prática entre mediação e conciliação nos contratos .....	452
12.1.6 Quando usar a conciliação ou a mediação .....	453
12.2 Entendimento da agu acerca da adoção do instituto da arbitragem aos contratos administrativos regidos pela lei Nº 14.133/2021 .....	454
12.3. Como o fiscal 4.0 pode aplicar o consensualismo no dia a dia?.....	455
12.4. O fiscal 4.0 e o uso do TAC (Termo de ajustamento de conduta) .....	458
12.4.1 Passo a Passo Técnico para a Formalização Segura .....	458
12.4.2 O Papel da Jurídico e a Competência para Assinar: .....	459
Anexo ao capítulo 12 (meios alternativos de resolução).....	460
<b>13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....</b>	<b>465</b>
13.1 Deficiências e avanços .....	467
13.2 Da proporcionalidade e da razoabilidade para aplicação das sanções .....	469

13.3	Das sanções na lei Nº 14.133/2021 .....	470
13.3.1	Da sanção de advertência.....	471
13.3.2	Da sanção de multa.....	473
13.3.2.1	Da multa moratória.....	474
13.3.2.2	Da multa compensatória .....	477
13.3.2.3	A multa do artigo 50 da lei 14.133/2021: uma breve e necessária reflexão	479
13.3.3	Da sanção de impedimento de licitar e contratar .....	484
13.3.3.1	O impedimento de licitar e contratar, a ausência de análise jurídica prévia e a reabilitação do licitante ou contratado .....	486
13.3.4	Da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.....	487
13.4	Da dosimetria: a matemática da proporcionalidade e a LINDB.....	491
13.5	Comunicação entre a disciplina das sanções da lei Nº 14.133/2021 e o regime de combate à corrupção da lei Nº 12.846/2013 .....	496
13.6	Da condução do processo sancionatório para aplicação de impedimento de licitar ou contratar e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar .....	498
13.6.1	A comissão de processamento e a nova racionalidade sancionatória .....	499
13.6.2	A atuação do Fiscal 4.0 neste cenário.....	500
13.7	Da prescrição da pretensão punitiva .....	501
13.8	Da desconsideração da personalidade jurídica.....	503
13.8.1	Como identificar e combater a fraude na sucessão empresarial .....	504
13.9	Do registro e da publicidade das sanções .....	505
13.9.1	A atuação do Fiscal 4.0: o ciclo de vida da sanção e a transparência ativa ...	506
	Anexo ao capítulo 13 (infrações e sanções) .....	507
<b>14</b>	<b>DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS CONTRATOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – TEORIA E ANÁLISE DOCUMENTAL .....</b>	<b>509</b>
14.1	Introdução.....	509
14.2	O novo (e complexo) papel da fiscalização técnica e administrativa nos contratos com mão de obra exclusiva e nos contratos de obras e serviços de engenharia .....	510
14.2.1	Destaques da Instrução Normativa Seges/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024 .....	515
14.2.2	Regra de transição.....	517
14.2.3	Importante alteração da Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017 .....	518
14.2.4	Destaque da Instrução Normativa Seges/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2024 .....	519
14.2.5	Destaque da Instrução Normativa Seges/MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024 .....	522
14.3	Análise Documental na Prática .....	526
14.3.1	No momento da assinatura do contrato .....	526
14.3.2	Documentação a ser apresentada durante o primeiro mês da prestação dos serviços, ou sempre que solicitado pela administração .....	528
14.3.3	Impossibilidade de verificação da regularidade do contratado no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf).....	540
14.3.4	Regras para análise das certidões (negativas ou positivas com efeito de negativa) que comprovam a regularidade perante as fazendas estadual, distrital e municipal do domicílio ou sede do contratado .....	542
14.3.5	Certidões negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas .....	544
14.3.6	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTFWeb.....	547

14.3.7	A documentação necessária à análise quanto ao cumprimento da reserva de cargos .....	554
14.4	Rol de documentos do art. 50 da Lei nº 14.133/2021 .....	559
14.4.1	Registro de Ponto: Obrigatoriedade e Validade Jurídica (Tema 136 do TST).....	559
14.4.1.1	Atenção à Validade dos Controles sem Assinatura .....	559
14.4.1.2	O que isso significa para o Fiscal 4.0?.....	560
14.4.2	Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário .....	561
14.4.3	Comprovante de depósito do FGTS.....	563
14.4.4	Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional ....	566
14.4.5	Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato .....	570
14.4.6	Recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.....	573
14.4.7	Outros benefícios previstos em norma coletiva.....	577
14.4.8	A Metodologia de Cálculo das Glosas: Superando a “Tiranía da Vista Curta” .....	579
14.5	A Lei nº 14.973/2024 e efeitos de registro “irregular” no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) .....	582
14.6	O Supremo Tribunal Federal – STF e a questão da inversão do ônus da prova ....	584
14.7	O Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA) e a consagração de importantes enunciados sobre o regime de dedicação exclusiva de mão de obra.....	586
14.8	O futuro é agora: a inteligência artificial como ferramenta preditiva na fiscalização trabalhista.....	588
14.9	O “faça você mesmo”: como qualquer órgão pode desenvolver sua própria inteligência artificial de fiscalização.....	590
14.9.1	Como integrar a equipe de TI na curadoria de conhecimento?.....	593
14.9.2	Projeto piloto: criação de assistente virtual de fiscalização administrativa (AVFA) .....	596
14.10	Modelo sugerido de lista de verificação – fiscalização administrativa .....	599
	Anexo ao capítulo 14 (fiscalização administrativa) .....	605
<b>15 IMPLEMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA.....</b>		<b>607</b>
15.1	Introdução e Fundamentação Legal .....	607
15.1.1	O Conceito: Mitigação de Riscos e Segurança Jurídica.....	607
15.1.2	O Marco Normativo .....	608
15.1.3	Conta Vinculada vs. Pagamento pelo Fato Gerador .....	608
15.2	A Fase de Planejamento e Abertura .....	610
15.2.1	Previsão Editalícia e Contratual: A Materialização da Vigilância .....	611
15.2.2	O Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira.....	612
15.2.3	O Rito de Abertura e o Fluxo Operacional .....	613
15.3	A Matemática do Provisionamento: O “Beabá” para Quem Fiscaliza .....	614
15.3.1	A Base de Tudo: O Que Realmente Devemos Reter? .....	614
15.3.2	O Cálculo na Ponta do Lápis .....	615
15.3.3	O Impacto do RAT Ajustado nos Encargos .....	616
15.3.3.1	Explicando a planilha item a item: .....	617
15.3.4	O Cálculo para a Provisão Mensal .....	622
15.3.4.1	A Modelagem do Executivo Federal.....	622
15.3.4.2	A Modelagem do Poder Judiciário .....	625

15.3.5 A Estruturação de modelos de provisionamento da multa do FGTS para o poder judiciário.....	629
15.3.5.1 A justificativa pela adoção do modelo 1 (cobertura integral) .	630
15.4 Os Três Caminhos do Dinheiro: Resgate, Movimentação e Levantamento .....	632
15.4.1 O resgate (O reembolso para a empresa) .....	632
15.4.2 A Movimentação (O Pagamento Direto ao Funcionário) .....	633
15.4.3 O levantamento (O “Saque” do Saldo Final) .....	633
15.4.4 Passo a Passo Operacional (O Checklist Simplificado) .....	635
15.5 O Conceito de “Quitação” na Prática Trabalhista .....	636
15.5.1 Por que o Depósito supera o Recibo de Papel? .....	636
15.5.2 Conta depósito vinculada: Erro x Prática Correta na Gestão Contratual....	637
15.6 A Rotina de Atualização do RAT Ajustado: O Dever de Diligência.....	638
15.7 A Regra de ouro da movimentação: a tese da segregação de fontes .....	640
15.8 Anexos ao capítulo 15 .....	641
Anexo II .....	643
Anexo III .....	646
Anexo IV .....	650
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>657</b>